

4.

ENTRAR NA VIDA ADULTA

4.1.

RISCOS E VULNERABILIDADE SOCIAL

No caso de jovens em situação de acolhimento institucional, que precisam sair do local onde moram em função de suas maioridades, é grave a falta de políticas públicas por parte do Estado. De acordo com Martinez e Silva (2008), a ausência de programas de reintegração familiar, o longo vínculo com a instituição e a baixa escolaridade desses adolescentes faz com que a transição se constitua como “um momento que faz aflorar as contradições históricas, a falência das políticas de proteção e o não cumprimento da função do abrigo, tal como assegura o ECA” (MARTINEZ e SILVA, 2008: 117).

Vale lembrar que o caráter protetivo e de garantia de direitos que rege a legislação para a infância e adolescência é definido em função da compreensão dos adolescentes enquanto indivíduos em desenvolvimento. Contudo, como será visto adiante, o crescimento humano não se dá de forma linear e uma independência completa nunca é alcançada de fato. A proteção prevista no ECA, e em outras leis e normativas, e oferecida pela instituição, apresenta-se de forma provisória e não oferece muitas garantias de cidadania e dignidade para os adolescentes em um momento posterior.

Ao chegarem próximos à idade da desinstitucionalização, os adolescentes se deparam com um forte sentimento de desamparo. A falta de um suporte que lhes dê segurança para seguir adiante com alguma independência e autonomia se faz presente duplamente, já que não contam nem com o aparato do poder público nem com o suporte familiar. Ao completarem 18 anos, precisarão ter desenvolvido condições mínimas para dar conta o mundo fora do abrigo, sendo totalmente responsáveis pela própria sobrevivência e não mais recorrendo ao auxílio de outras pessoas ou instâncias.

Observa-se que, principalmente com relação aos jovens de classe média e alta, há um prolongamento da adolescência, com a demora de sair da casa dos pais ou responsáveis e a postergação da inserção do mundo profissional em detrimento de maior especialização. As exigências do contexto socioeconômico atual demandam que o adolescente deva preparar-se para ingressar no mercado de trabalho, estudando e profissionalizando-se. Para os adolescentes das classes socioeconômicas menos favorecidas, na qual se inclui os que estão em instituição de acolhimento, esse ingresso precisa ocorrer com certa antecedência, o que, por sua vez, também acaba por implicar em um imperativo de amadurecimento.

Diante da necessidade de autonomia dos adolescentes, uma das formas da instituição prover o cuidado adequado é prepará-los para a profissionalização. Cerca de 60% das entidades inspecionadas Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2013) procuram oportunizar essa inserção inicial no mundo do trabalho. Assim, ao completarem 18 anos os adolescentes atendidos por essas entidades já terão trabalhado formalmente, principalmente como estagiários de programas como o Jovem Aprendiz¹, como mostra a pesquisa de Levy e Jonathan (2014). São experiências que permitem a eles se acostumarem e se familiarizarem com as rotinas de modo a não se depararem repentinamente com as responsabilidades de atividades laborativas. A profissionalização também é uma oportunidade para que aprendam a se organizar financeiramente.

Apesar disso, alguns adolescentes apresentam dificuldades em se adequarem à organização de um ambiente de trabalho, e, com frequência, levantam questões relacionadas às regras e conflitos com autoridades, além da frustração por exercerem atividades que, a princípio, não envolvem seus principais interesses. Ao mesmo tempo, apesar da insatisfação por vezes demonstrada, muitos adolescentes têm um entendimento positivo do trabalho, à medida que este possibilita certa independência financeira e algum acesso aos bens de consumo.

Torres e cols. (2010) mostram que jovens costumam absorver para si a valorização moral do trabalho, entendendo este não só como elemento da dignidade

¹ O Jovem Aprendiz é um programa de aprendizagem que permite a inserção no mercado de trabalho, em empresas de médio e grande porte, de acordo com os parâmetros da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estipula a proibição de trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Para participar é necessário estar estudando ou então já ter concluído a educação básica. O programa dá preferência aos jovens que estudam em escolas públicas e também àqueles que mantêm a frequência escolar e boas notas (Disponível em: <<http://www.pronatec2015.com>>).

humana, mas também como recurso que os protege diante das possíveis proximidades com a ilicitude. Isso contribui para que a sociedade de modo geral apoie e sustente a precocidade do trabalho. Os autores revelam ainda que os próprios jovens podem desejar se submeter ao subemprego por uma ânsia pela fonte de renda urgente, sem planejar ou buscar com mais calma um trabalho que garanta seus direitos e onde poderão melhor usar seu potencial.

De um modo geral, adolescentes de classes mais empobrecidas estão sujeitos ao trabalho desprotegido, exercendo atividades por longas horas, com baixos salários e sem a garantia dos direitos devidos, estando mais suscetíveis ao subemprego. O baixo grau de satisfação com as tarefas executadas não é exclusividade dos adolescentes acolhidos institucionalmente, nem é motivada apenas pelas suas resistências e imaturidade, mas também pelas próprias condições de trabalho com as quais se deparam.

Quanto aos riscos do trabalho na adolescência, é preciso ressaltar que, apesar de sua relevância nesse contexto, este deve estar de acordo com os parâmetros de proteção da lei. Se a equipe técnica estiver atenta a essas questões, como o respeito ao horário adequado, proteção ao trabalho insalubre e perigoso, registro em CTPS e outras garantias, há maior segurança de que no futuro eles não estejam submetidos à privação dos direitos. Com o incentivo à escolarização, à profissionalização e à inserção no mercado trabalho busca-se evitar que, ao saírem do local, venham a reviver as mesmas condições precárias que motivaram o seu acolhimento. No entanto, há que se ter em mente que tais objetivos nem sempre se cumprem, o que acaba direcionando esses adolescentes/jovens para o subemprego/emprego informal.

Todavia, antes da profissionalização, um dos principais instrumentos para a promoção do bem-estar e elevação das condições socioeconômicas dos jovens é a educação. Além de instrumentalizá-los, ela permite a construção de relações sociais e redes de apoio. Entretanto, muitas vezes o imperativo de fonte de renda imediata se sobrepõe, e os empurra para o mundo do trabalho, o que compromete sua inserção na escola, assim como o êxito dentro do sistema educacional. Paradoxalmente, mesmo que apresentem resistência e dificuldade em se dedicar aos estudos, os adolescentes demonstram ter consciência da importância da educação formal para a construção do futuro.

Vale lembrar que a vulnerabilidade social não se reduz à pobreza, mas também está relacionada com a negação de certos direitos e ao acesso a bens e equipamentos, como lazer e cultura, assim como ao difícil acesso aos serviços de saúde, educação, entre outros. São elementos que estão para além da renda ou da posse de bens e que possibilitam o enfrentamento das barreiras sociais, aumentam a capacidade de grupos ou indivíduos em responder a crises e a modificar realidades, assim como dificultam a sua sujeição a coerções violentas. Abramovay e cols. (2002) mostraram inclusive que o simples avançar dos indicadores socioeconômicos na América Latina não foi suficiente para reduzir os índices de violência. Apesar disso, a participação dos jovens como protagonistas de seu desenvolvimento pode ser uma alternativa suficiente para reduzir sua vulnerabilidade. Esta pode ser entendida como:

“[...] resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.” (ABRAMOVAY e cols, 2002: 29).

Apesar da mudança que lentamente se faz do entendimento do que se espera das entidades de acolhimento, criando-se uma compreensão mais positiva acerca deste, as representações sociais dos adolescentes ali inseridos se mantêm na ordem do abandono, do desvio e mesmo da potencial periculosidade. A sociedade, de forma geral, extremamente influenciada pela mídia, não acompanha com o mesmo ritmo as mudanças de paradigmas e práticas institucionais promovidas pelas legislações e propostas governamentais. O imaginário social mantém a ideia de que algo falhou em suas histórias, marcadas pela vulnerabilidade social, mas principalmente continua reafirmando que estão sempre na iminência da marginalidade (ARPINI, 2003).

Mesmo no imaginário dos próprios adolescentes tais riscos são presentes. Ainda que a entrada na instituição de acolhimento seja motivada por situações diferentes da entrada em instituições de medida socioeducativas, ambos os adolescentes, em acolhimento institucional e em conflito com a lei, têm em comum em suas origens a vulnerabilidade e o risco social. Mesmo que o adolescente acolhido nunca tenha se envolvido com nenhum grupo ilícito ou cometido qualquer tipo de ato infracional, o risco da marginalidade paira sob seu entorno como uma

possibilidade sempre presente e bastante assustadora. Segundo Gonsalves (2005), em estudo com jovens das classes socioeconômicas mais desfavorecidas da região metropolitana do Rio de Janeiro, verificou-se que a tríade drogas-violência-tráfico é uma das principais preocupações em relação a eles. Essas questões não surgem isoladas umas das outras. O uso de drogas remete aos possíveis problemas a serem enfrentados, como o comprometimento das relações e dos projetos futuros. Do mesmo modo, a violência se mostra onipresente em suas vidas e condiciona as escolhas que farão.

Além disso, como esses jovens são cada vez mais chamados à autonomia, esta passa a não ser só valorizada como ativamente buscada. Isso pode acabar repercutindo em situações como a gravidez na adolescência, que muitas vezes não acontece pela falta de informação, mas por uma busca em assumir a posição de adulto, saindo do lugar de filho e abandonando a posição infantil (GONÇALVES e GARCIA, 2007).

Levy e Jonathan (2014) mostram que uma das questões que permeiam o processo de desinstitucionalização é o que significa “dar certo” fora do abrigo. Tal expressão indica o êxito em se estabelecer “no mundo lá fora” de acordo com os parâmetros impostos na sociedade, ou seja, estar minimamente estruturado socioeconomicamente sem romper com as normas do laço social. Os adolescentes entrevistados temiam pelo seu futuro, o que em alguns casos era suscitado a partir do contato com antigos adolescentes acolhidos, no momento já adultos, que não haviam “dado certo”: não haviam conseguido se manter de acordo com as demandas da sociedade e se encontravam morando nas ruas ou presos. Em contrapartida, outros que haviam dado continuidade aos estudos e estavam trabalhando, mesmo que em condições mínimas para o sustento, lhes proporcionavam alguma perspectiva positiva sobre a possibilidade de construção de trajetórias alternativas àquelas que haviam motivado o acolhimento.

Desse modo, apesar das diversas dificuldades e inseguranças que pairam sobre processo de desinstitucionalização, os adolescentes criam expectativas e desejos com relação ao seu futuro, ou seja, a vida após a saída da instituição, se apropriando dos valores tradicionais e com base nisso, constroem projetos de vida para si (SIQUEIRA, 2006). Eles costumam ansiar por obter autonomia através do trabalho aceito socialmente, assim como formar sua própria família. Ao expressarem desejos de dar continuidade a suas vidas através dessas conquistas,

pertencendo a uma família, trabalhando e estudando, recorrem a valores que podem inverter uma condição socioeconômica e familiar desprivilegiada e fragilizada.

4.2.

AUTONOMIA E ADOLESCÊNCIA

Um debate sobre a adolescência em situação de risco e vulnerabilidade social vem tomando cada vez mais espaço na mídia e no senso comum, principalmente neste último ano, quando o tema da redução da maioridade penal e sua possível aprovação ganhou destaque. Há mais de uma proposta acerca dessa mudança, algumas mais outras menos rígidas, contudo, elas têm em comum a compreensão do adolescente como completamente responsável pelos seus atos e decisões, o que possibilita que ele seja punido como um adulto. Essa é uma discussão muito extensa, que não é o foco desse trabalho, apesar de atravessar a condição dos adolescentes de quem falamos. O que se discute aqui é o que de fato significa ser adolescente, para si e para os outros que os cercam e tudo o que isso implica em um momento em que a lei, o Estado e a sociedade os impelem para uma total autonomia.

O imaginário acerca da adolescência a supõe como universal, esquecendo com isso os panos-de-fundo sociais, econômicos e políticos nos quais ela é construída. Ela é socialmente apresentada como uma fase da vida situada entre a infância e a vida adulta, na qual o indivíduo transita, se preparando para assumir totalmente a segunda.

Segundo Philippe Ariés (1981), o início da definição de adolescência começou a surgir por volta do início do século XX, se tornando generalizado após a Segunda Guerra Mundial. Surge como uma nova fase da vida, que, diante de uma sociedade já considerada como antiga, passa a ser depositária de novos valores. O autor afirma que a adolescência implicou em uma fonte de preocupações por parte de moralistas e políticos, ao mesmo tempo em que também passou a ser visto como o melhor momento da vida.

Já Gonsalves (2005) expõe que o interesse social e o acadêmico referente à adolescência e à juventude foram, em sua maioria, conduzidos pela ótica do

negativismo. Isso porque o imaginário social associa a população dessa faixa etária a questões como a criminalidade e comportamentos disfuncionais. Em decorrência disto, o interesse nesse grupo acabou tendo o controle e a correção como eixo norteador.

Ao longo dos séculos passados, a definição da infância e da adolescência era imprecisa, tanto em relação à demarcação cronológica quanto aos outros atributos: alguns registros escritos da Idade Média costumavam definir a adolescência como o período no qual a pessoa estaria apta para procriar, já em outras épocas ela era confundida com a infância. O nome, sobrenome e a idade, dados que caracterizam um indivíduo, são produtos da civilização técnica e que compõem os hábitos da sociedade civil e moderna. No início do século XVII não havia muita distinção quanto ao comportamento próprio de cada idade, o que se estendia, inclusive, para as diversas atividades sociais, como jogos, profissões e armas. Não havia uma separação muito rigorosa entre as brincadeiras e jogos apropriados a cada idade, nem pudores quanto ao que se falava na frente dos infantes. Acreditava-se que eles seriam alheios e indiferentes quanto à sexualidade, não sendo atingidos por gestos e alusões ao tema, assim como não se acreditava na inocência infantil, de modo que ela não poderia ser maculada (ARIÉS, 1986).

A sociedade atual, por sua vez, impõe uma moratória aos adolescentes, segundo revela Calligaris (2000): mesmo que já tenham aprendido as principais regras e valores morais de seu meio, ainda precisam passar por um tempo de espera antes de serem reconhecidos como adultos. É um tempo de suspensão que se dá entre a chegada da maturação dos corpos e a autorização para realizar todos esses valores e saberes que lhes foram passados.

Parte das suas dificuldades de relacionamento deriva de uma insegurança, cuja origem está na perda da garantia de amor dos adultos, sem que haja outra forma de reconhecimento devido. Os adolescentes desejam ter acesso ao mundo dos adultos, mas, para isso, dependem do reconhecimento do seu olhar.

A adolescência é uma fase que representa um ideal que concretiza o sonho de autonomia e liberdade. No entanto, ao construírem ativamente as suas redes de significados, suas buscas por sentido e participação, suas atitudes correm o risco de serem entendidas como atos de violência e de confronto deliberados, ainda que sejam formas de reivindicações. Com isso, surge um embate entre seus desejos e o anseio de controle da ordem social, que os qualificam como desviantes e os

tratam como objetos de intervenções normativas (CALLIGARIS, 2002; GONSALVES, 2005; SOARES, 2012). Porém, suas transgressões podem ser uma demanda por reconhecimento, e disso se desenvolvem alguns padrões de comportamento. Calligaris (2002) destaca alguns deles: o que chama de adolescente gregário, aquele que considera outros adolescentes como seu grupo e família verdadeiros, isolando-se dos adultos; o delinquente, que transgride e atua justamente para demandar a repressão (ou seja, atenção); o toxicômano, que rompe momentaneamente com a permanência da insatisfação; e o que se enfeia, desafiando os padrões estéticos dos adultos, assim como sua aprovação. Tais condutas almejam mostrar para o outro que a sua vida não é um limbo preparatório, mas sim que já está acontecendo, da mesma forma que a vida adulta.

De acordo com Winnicott ([1961/1963], 1983), o desenvolvimento humano ocorre através de etapas que correspondem ao grau de independência. Crescer e amadurecer são processos gradativos que apresentam recuos e avanços, principalmente na adolescência, cujas inconstâncias integram o processo comum e saudável, porém suscetível aos quantitativos de tensão social e à capacidade do indivíduo de suportá-los.

A primeira fase que se manifesta é a da “Dependência Absoluta”, na qual o bebê carece por completo de um ambiente que dê conta de todas as suas necessidades para sobreviver psíquica e fisicamente. Aos poucos, ele entra na “Dependência Relativa”, momento de adaptação gradativa, quando começa a tomar ciência de que ele e sua mãe são indivíduos separados, o que até então não era percebido. Ao longo do crescimento, a criança vai cada vez mais conhecendo o mundo externo e se defrontando com ele, além de ir se identificando com a sociedade. Essa nova fase é definida como “Rumo à Independência”, o que indica que essa característica pode ser um direcionamento a ser seguido, mas que atingir a maturidade e a independência absoluta é algo raro. A adolescência traz em si uma contradição: a concomitância entre a independência desafiadora e a dependência regressiva. O adolescente deseja, ao mesmo tempo, a liberdade e o controle e cuidados familiares.

O triunfo da adolescência é a construção da maturidade através de um processo, no qual se pretende alcançar o status de adulto. Mais que puberdade física, é um período de crescimento, que se desenvolve através de um entrelaçamento complexo entre o indivíduo e um meio facilitante. A única saída para o momento é

a passagem do tempo, que irá resultar na pessoa adulta, quando o indivíduo se torna capaz de viver uma experiência pessoal satisfatória, ao mesmo tempo em que se envolve com o resto da sociedade.

Quanto a isso, a própria definição de infância foi sendo construída com base na ideia de dependência. Foi apenas ao longo do século XVII que o termo ganhou uma definição mais próxima da que conhecemos atualmente, sendo delimitada não por fenômenos biológicos, mas pela ideia de dependência. Sair da infância significava não mais depender de outros. (ARIÉS, 1986).

No entanto, a imaturidade nos adolescentes é sinal de saúde, e é preciso que os adultos reconheçam isso e garantam a estabilidade do meio através de sua própria maturidade. A responsabilidade precisa ser assumida pelas figuras parentais ou cuidadores, pois se isso não ocorrer, o indivíduo pode assumir uma falsa maturidade, baseada na personificação do adulto.

No contexto do acolhimento institucional, há o risco de que a maturidade seja apressada e forçada, principalmente à medida em que os adolescentes se aproximem dos 18 anos. Comportamentos como: dificuldades em cumprir horários e se comprometer com responsabilidades do trabalho e da escola, quando dentro de certo limite, são impasses comuns à fase. Porém, sinais mais nítidos de dependência e de demanda de acolhimento, assim como a necessidade de limites por parte do meio, não só podem acabar sendo reprimidos por parte dos cuidadores, como provocam angústia, pois seria indicativo das dificuldades em sobreviver ao “mundo lá fora”, o mundo dos adultos e da autonomia. Com isso, constroem-se fantasias sobre o que é ser adulto: a eliminação de qualquer sinal que remeta à adolescência, incluindo a impossibilidade de momentos de descontração ou diversão.

Em face do novo posicionamento que precisarão ter diante do mundo, sair da instituição significa crescer (LEVY e JONATHAN, 2012). Tais inseguranças não impedem que os adolescentes de fato estejam atravessando um processo de amadurecimento. Ao serem confrontados com a entrada na vida adulta, eles se deparam com suas próprias potencialidades e limitações, e procuram reconhecer quais serão os enfrentamentos dali em diante e se preparar para manejá-los e contorná-los. Aos poucos, espera-se que aprendam através das experiências e de reflexões a se posicionarem no espaço social de modo saudável e construtivo.

Nessa discussão, é preciso ter claro que autonomia e independência não são sinônimos. De acordo com o que foi visto de Winnicott ([1961/1963], 1983), a

independência por completo não é algo possível. Para poder viver, o ser humano sempre necessitará de algo que venha do outro, seja da ordem do afeto e da subjetividade, seja da ordem da provisão de recursos materiais. Esse outro, a quem é sempre demandado algo, pode se concretizar na forma de indivíduos ou de instituições e estruturas da sociedade. As próprias resoluções sobre as questões falam na promoção da autonomia e não em independência (BRASIL, 2009).

Soares e Camargo Jr. (2007) apresentam a discussão sobre o conceito de autonomia no campo da saúde, focando as relações entre os profissionais/familiares e os pacientes. Aqui adotamos suas considerações para refletir sobre a possibilidade da promoção da autonomia dentro das entidades de acolhimento. Segundo os autores, a autonomia é uma produção que implica certa complexidade, pois está inserida em redes de dependências maleáveis. A necessidade de ajuda do outro não diminui o seu potencial, pois não há como se falar do indivíduo como isolado do coletivo: um afeta o outro, produzem e são produzidos mutuamente. Cada indivíduo é único, mas ainda assim não pode ser pensado fora da sociedade e da cultura. Não há como pensar a autonomia no campo da saúde sem considerá-la também nos campos mais gerais da política e da vida. Afirmá-la como valor implica na busca por relações democráticas entre profissionais e pacientes ou entre os adolescentes e os diversos adultos que atravessam suas vidas.

A dependência pode ser entendida como a necessidade de cuidado ou auxílio do outro, o que jamais se esgota; autonomia é a capacidade de tomar as próprias decisões que repercutirão no rumo de sua vida. É poder construir projetos de vida e geri-los, ainda que haja necessidade de auxílio do outro para concretizá-los. Isso implica ser capaz de ter o controle e a responsabilidade pela própria vida, conseguindo tomar decisões de forma não alienada, com alguma propriedade e conhecimento acerca da realidade onde se insere. Poder gerir a própria vida passa pelo reconhecimento dos limites e das alternativas existentes, respeito ao outro, valorização das subjetividades, saberes e valores. A autonomia não existe de modo absoluto: ser autônomo é também reconhecer a necessidade do outro nos diversos planos da vida.

Mas para que a autonomia seja de fato promovida, o que é preciso superar é a dimensão autoritária e paternalista das relações entre pacientes e profissionais e familiares, apontam os autores. No contexto desta discussão, a superação se dá a partir da não submissão e alienação do adolescente diante da instituição e das

decisões sobre sua vida, assim como em relação à rede com a qual se relaciona ou se relacionará depois do desacolhimento (SILVA, 2010). Autonomia também implica em poder exercer sua cidadania de modo completo. Esta não se resume à inserção no mundo profissional, mas também inclui o incentivo ao senso crítico e consciência dos processos aos quais estão submetidos. É preciso reconhecer que os adolescentes tenham espaço e voz, respeitando seus valores, expectativas, demandas e objetivos.

No entanto, seu fortalecimento costuma ser direcionado principalmente na preparação para o mercado de trabalho. Por serem atravessados por anseios e preocupações que envolvem a necessidade urgente de fonte de renda mínima, a profissionalização e inserção no mercado de trabalho acabam não sendo compatíveis com os desejos e expectativas dos adolescentes. É comum a instituição impor algo sem considerar o que eles têm a dizer sobre e como se sentem com relação a tal (SILVA, 2010). São preocupações pertinentes diante da realidade que o adolescente egresso do serviço enfrentará, pois, suas expectativas podem não ser compatíveis com as exigências desta. Todavia, estimular a autonomia não significa deixá-los desprotegidos ou incentivar a construções de perspectivas muito longe de seus alcances, mas sim dar espaço às suas opiniões e anseios, de modo a incentivá-los a procurar soluções e alternativas compatíveis com as demandas da sociedade sem precisar silenciar por completo seus desejos.

